

Procedimento concursal comum de recrutamento para o preenchimento de um (1) posto de trabalho da carreira/categoria de assistente técnico, conforme caracterização no mapa de pessoal da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve, para o Centro de Experimentação Agrária de Tavira (CEAT), da Direção de Serviços de Desenvolvimento Agroalimentar e Rural (DSDAR), na modalidade de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, a que se reporta o detalhe de Oferta de Emprego publicado na Bolsa de Emprego Público com o n.º OE202306/0749.

Aos dez dias do mês de julho de dois mil e vinte e três, o Júri designado por despacho do Diretor Regional de Agricultura e Pescas do Algarve de 17/05/2023, iniciou os trabalhos relativos ao procedimento concursal comum para o preenchimento de um posto de trabalho do mapa de pessoal da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve, na carreira e categoria de assistente técnico, na modalidade de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, restrito a trabalhadores detentores de vínculo de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecido, com constituição de reserva de recrutamento. Estiveram presentes nas deliberações que se seguem, os seguintes membros do Júri:

Presidente: José Carlos Tomás, Diretor de Serviços de Desenvolvimento Agroalimentar e Rural;

1.ª Vogal Efetivo: Celestino Soares, Chefe da Divisão de Sanidade, da Direção Serviços de Desenvolvimento Agroalimentar e Rural;

2.ª Vogal Efetiva: Paula Eusébio, Técnica Superior de Recursos Humanos, Assessoria Jurídica e Auditoria Interna, da Direção de Serviços de Administração;

O Presidente do júri deu início à reunião, propondo a seguinte ordem de trabalhos, que foi aceite por unanimidade:

- I. **Análise das candidaturas;**
- II. **Deliberação sobre a admissão ou exclusão dos candidatos a concurso;**
- III. **Decisão sobre o método de seleção obrigatório a aplicar;**
- IV. **Elaboração da prova de conhecimentos;**
- V. **Marcação da data da prova de conhecimentos;**
- VI. **Regras sobre o material de consulta a utilizar durante a prova;**
- VII. **Notificação dos candidatos.**

I. Análise das candidaturas

Iniciados os trabalhos de análise das candidaturas, o júri verificou que se apresentaram a concurso 2 candidatos, a seguir identificados:

1. Edite Alexandra Matos;
2. Luís Filipe Quintão Reis Pereira Lima.

O júri procedeu à análise da candidatura ao abrigo da legislação em vigor, nomeadamente, dos artigos 34.º e 35.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, abreviadamente designada por LTFP, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual, dos artigos

13.º e 15.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, e da Oferta de Emprego OE202306/0749, publicitada na Bolsa de Emprego Público no dia 22 de junho de 2023.

II. Deliberação sobre a admissão e exclusão dos candidatos a concurso

Após análise aos processos de candidatura, em cotejo com a oferta de emprego e demais legislação aplicável, conforme documento em anexo, que integra esta ata, o júri deliberou a intenção de admitir ao presente procedimento o candidato **Luís Filipe Quintão Reis Pereira Lima**.

Por não ser detentora de vínculo de emprego público por tempo indeterminado previamente constituído, o júri deliberou a intenção de excluir a candidata **Edite Alexandra Matos**.

III. Decisão sobre o método de seleção obrigatório a aplicar

Analisada a candidatura admitida ao presente procedimento concursal, tendo o júri verificado que o candidato admitido não desempenha, à data, funções idênticas às do posto de trabalho em referência deliberou o júri, para efeitos do consagrado na alínea a) do n.º 1 do artigo 36.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aplicar ao candidato o método de seleção obrigatório “prova de conhecimentos”.

Sucessivamente e em cumprimento do estatuído na alínea b) do n.º 2 do artigo 36.º da mesma Lei, o candidato será submetido a “entrevista de avaliação das competências”.

IV. Elaboração da prova de conhecimentos

Foi elaborada a prova de conhecimentos e a respetiva grelha de correção.

V. Marcação da data da prova de conhecimentos;

O júri deliberou marcar a prova de conhecimentos para **dia 27 de julho de 2023**, pelas **9h30**, na sede da DRAP Algarve, no Patacão.

VI. Regras sobre o material de consulta a utilizar durante a prova

Na prova de conhecimentos apenas poderá ser consultada a legislação constante do aviso de abertura, não anotada e em suporte de papel. O júri deliberou, ainda, que não pode ser utilizado qualquer meio eletrónico durante a sua realização. Desta decisão deve ser dado conhecimento aos candidatos aquando da notificação da data da prova.

VII. Notificação dos candidatos

Nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 112.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), conjugado com o n.º 1 do artigo 6.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, deliberou o júri promover a notificação de todos os candidatos, através de correio

eletrónico, com recibo de entrega da notificação, informando da disponibilização da presente ata na página eletrónica da DRAP Algarve.

Os candidatos dispõem de 10 dias úteis, contados a partir da data de receção da mensagem de correio eletrónico, para, no âmbito do exercício do direito de participação dos interessados, dizerem por escrito o que se lhes oferecer sobre os fundamentos da intenção da sua exclusão. Para o efeito, devem os candidatos utilizar o formulário próprio disponível na plataforma eletrónica da DRAP Algarve em:

<https://app.drapalgarve.gov.pt/candidaturas/>

Todas as deliberações desta reunião foram tomadas por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual foi elaborada a presente ata que vai ser assinada por todos os membros do júri.

O Presidente do Júri

José Carlos Tomás

1.º Vogal Efetivo

Celestino Soares

2.º Vogal Efetiva

Paula Eusébio

		Prazo de Candidaturas	Detentor do 12.º Ano de Escolaridade ou superior	Apresentou Formulário	a) Curriculum Vitae assinado	b) Certificado de Habilitações Literárias	g) Declaração de autorização de e-mail	Vínculo emprego publico	
								d) Declaração do organismo com elementos elencados no aviso	e) Declaração de conteúdo funcional
1	Edite Alexandra Matos	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	N ^(a)	N ^(a)
2	Luís Filipe Quintão Reis Pereira Lima	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim

(a) Não é titular de contrato de trabalho em funções públicas.